



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

ATA N.º 89 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 28/10/2016

Iniciada às 15H00 e encerrada às 20H00

Aprovada em 21/11/2016 e publicitada através do Edital n.º 115/2016

ORDEM DO DIA

- I. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2017 DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA E ANEXOS**
 1. Norma de Controlo Interno
 2. Regulamento Interno de Fundos de Maneio
 3. Celebração de Contratos de Delegação de Competências e “acordos de execução” entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniões e Juntas de Freguesia
 4. Mapa de Pessoal para 2017
 5. Autorização Prévia no âmbito da LCPA
- II. **SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA**
 1. **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017**
 - a) Norma de Controlo Interno e Regulamento Interno de Fundos de Maneio
 - b) Mapa de Pessoal para 2017
- III. **SETOR EMPRESARIAL LOCAL – conhecimento**
 1. A.C., Águas de Coimbra, E.M.
 2. IPaque – Parque para a Inovação, Ciência, Tecnologia, Saúde, S.A.
 3. Prodeso – Ensino Profissional E.M., Lda.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A reunião contou com a presença de:

Presidente: Manuel Augusto Soares Machado
Vice-Presidente: Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira
Vereadores: Carlos Manuel Dias Cidade
Jorge Manuel Maranhas Alves
Carina Gisela Sousa Gomes
João Paulo Barbosa de Melo
Paulo Jorge Carvalho Leitão
José António Pinto Belo
Paula Cristina Silva Dias Sanches Pinto Alves
Francisco José Pina Queirós
José Augusto Moreira Ferreira da Silva



A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Augusto Soares Machado, Secretariado pela Diretora do Departamento de Administração Geral, Rosa Maria da Conceição Casalta Batanete, coadjuvada pelas Técnicas Superiores, Patrícia Silveira e Goretí Lopes.



ORDEM DO DIA

PONTO I. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2017 DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA E ANEXOS

Em conformidade com o Despacho n.º 29/PR/16, de 5 de setembro de 2016, do Sr. Presidente e das posteriores propostas dos serviços municipais e dos Sr. Vereadores, foram instruídos os documentos previsionais para 2017 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 da Câmara Municipal de Coimbra.

O **Senhor Presidente** informou que as Grandes Opções do Plano e Orçamento têm de ser apresentados na Assembleia Municipal até 31 de outubro, por motivos de calendário e de timing legalmente estabelecido. Ao mesmo tempo está a ser discutido na Assembleia da República um outro instrumento, a Lei do Orçamento de Estado para 2017, que é determinante e em algumas circunstâncias imperativo sobre o próximo ano económico e que, pelo que tem conhecimento, ainda está em debate político com os grupos parlamentares, com as lideranças partidárias na Assembleia da República e com as Comissões Especializadas que estão a fazer as audições que é costume fazer-se. No documento em apreciação nesta Câmara Municipal, naturalmente, não constam as hipóteses que estão em discussão na Assembleia da República e, conforme elas forem decididas, terá de ser feito o reajustamento. Pelo que é conhecido até ao momento, não é previsível alteração significativa à proposta que o Governo submeteu à Assembleia da República no que refere ao setor das autarquias locais. Por isso, os dados apresentados são razoavelmente expectáveis os que venham a ser adotados na aprovação final do Orçamento de Estado para 2017. No que refere aos recursos humanos, há diversos aspetos que estão em aberto, há algumas alíneas do Orçamento de Estado que podem fluir positiva ou negativamente. Um outro componente em debate está relacionado com os investimentos feitos com



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

cofinanciamento de fundos europeus e os limites que são fixados por lei quer sobre o endividamento, quer os compromissos, quer a cabimentação. Uma questão igualmente importante em debate, e a próxima reunião de trabalho irá decorrer na quarta-feira e a audição formal no dia 10/11/2016 onde já começarão a ter a perspetiva com alguma segurança sobre o que vai ser o resultado final da Lei do Orçamento de Estado, refere-se às autarquias locais. Nestas circunstâncias, o documento que se apresenta tem estas condicionantes de partida e é provável que no decurso do exercício devam introduzir-se alterações ou revisões. O total de receitas correntes previstas para o próximo ano é 149.688.850,00€; as despesas previstas são de 152.844.785,00€. Em termos de receitas: Câmara Municipal - 94.672.975,00€; Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra - 19.934.071,00€; Águas de Coimbra - 32.638.568,00€; Coimbra Inovação Parque - 1.893.391,00€ e Prodeso/ITAP - 549.845,00€. Em termos de despesas: Câmara Municipal - 94.672.975,00€; Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra - 19.934.071,00€; Águas de Coimbra - 33.597.509,00€; Coimbra Inovação Parque - 3.978.671,00€ e Prodeso/ITAP - 661.559,00€. Da Prodeso/ITAP não é ainda conhecida a regulamentação específica no que se refere ao ensino profissional com financiamento comunitário. Aproveitou para informar, pelo facto de o consorciado ACIC que entrou em insolvência, da disponibilidade de vender a sua participação na Prodeso/ITAP, pelo valor nominal. Da Coimbra Inovação Parque há questões a resolver e que a partir do período que foi determinado, 5 anos sobre o arranque, permite alargar a intervenção sem os riscos decorrentes de uma alteração societária. Destacou que houve a preocupação de manter as regras legais fixadas com o equilíbrio orçamental que é um imperativo legal. Os números referidos pelo Senhor Presidente e que constam dos documentos não incluem o saldo que vai ser transitado e que será apurado em março. Procedeu à leitura no que respeita às dotações por objetivos e respetivos totais. Do quadro de transferências do Estado, recentemente surgiu a notícia de que a redução que se observa em três Câmaras Municipais do país, no caso da Câmara Municipal de Coimbra resulta de uma decisão política ao terem assumido reduzir a participação variável no IRS de 0,5% para 0,45%. Estando em discussão o orçamento e por ter de ser registado, o Senhor Presidente informou que da proposta de tarifário das águas e saneamento apresentada não foi emitido parecer pela entidade reguladora ERSAR, obrigatório por lei. A receita expectável da estrutura tarifária que é proposta é a que está no respetivo orçamento que é praticamente igual ao do ano transato, não sendo proposto o aumento do preço da água, a única alteração apresentada é a redução de 2,6€ por metro cúbico de água para 2€ às entidades públicas.

O Senhor **Vereador Barbosa de Melo** leu a seguinte intervenção:

*“Este é o 4.º Orçamento apresentado à atual Câmara e verificamos que a sua estrutura continua igual à que vinha de trás, apesar da aparente determinação com que o Senhor Presidente, quando apresentou o primeiro Orçamento, anunciou mudanças profundas. Passou um, dois, três anos e, afinal, está tudo na mesma! Das duas uma: ou o que vinha de trás não era tão mau como o Senhor Presidente afirmava em outubro de 2013, ou o Senhor Presidente não foi capaz de cumprir o seu objetivo. A nossa análise das quase 800 páginas de documentação que nos chegaram para esta reunião é a que se segue. Em primeiro lugar, uma questão de fundo surge: que desígnio para Coimbra, que ideias de fundo é que a maioria tem para o Município? Esta questão não tem resposta neste documento: nele se elencam projetos – muitos deles, aliás, continuam a ter origem no trabalho de anteriores executivos, põem-se uns números à frente de cada projeto, distribui-se a eventual despesa entre o que fica em “financiamento definido” e “financiamento indefinido” (que é uma espécie de vala comum de projetos que não passam de projetos) e basta. Que é feito da classificação UNESCO? E da atração de empresas, de investimento e de emprego para a região? E do IParque? Sobre isso, nada é dito. Depois, e uma vez mais, é preciso lembrar que a despesa real do próximo ano ficará muito dependente da transição de saldos que ocorrerá em abril/maio e que deve ser de muitos milhões. Ficaremos muito atentos ao que acontecerá com essa transição de saldos, que representará, a meio do ano, um acréscimo de muitos milhões de euros na capacidade de despesa municipal, mesmo em cima das eleições. **Sobre a receita da CMC** como dissemos aquando da discussão dos impostos municipais, discordamos da política de tributação que suporta este orçamento. Se a atual maioria*



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*quisesse, o aumento da receita de impostos que se tem verificado nos últimos anos permitiria, sem pôr em causa a capacidade de execução municipal, descer muito mais a taxa de IMI do que os 0,34% que estão por detrás desta proposta. Mas a maioria atual não quis. Se a atual maioria quisesse, seria possível apoiar as famílias com mais dependentes, reduzindo o IMI que pagam, tal como prevê a Lei e como fazem já quase 90% dos municípios portugueses. Mas a maioria atual não quis. Se a atual maioria quisesse cumprir as suas próprias promessas eleitorais podia ter baixado a taxa municipal de IRS para 2,5%. Aliás, por influência junto das forças políticas que suportam o atual Governo Português, talvez até já tivesse sido possível cumprir, finalmente, aquela promessa feita em campanha eleitoral de acabar, em Coimbra, com o IMT (Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imobiliário). Mas a maioria atual não quis, nem no IRS nem no IMT, cumprir os seus próprios compromissos eleitorais. A única boa notícia, no que se refere à receita, é que – na linha das regras definidas pela legislação que está em vigor desde setembro de 2013, a estimativa técnica dos montantes a arrecadar parece ser realista, o que revela o bom trabalho que os técnicos desta Câmara continuam a fazer. **Sobre a despesa do Orçamento e GOP da CMC** com a atual possibilidade que o Presidente da Câmara tem para autorizar, a qualquer momento, alterações orçamentais de qualquer monta, dando apenas delas conhecimento posterior à Câmara, qualquer discussão sobre verbas orçamentadas para a despesa faz muito pouco sentido. De que serve saber que estão 10€, ou 1.000€ ou 10.000.000€ previstos para uma obra se, a qualquer momento durante o ano, o Presidente da Câmara pode, sozinho, decidir tirá-los daquela rubrica e passá-los para outra? Qualquer discussão sobre quanto está ou não está definido em cada rubrica torna-se quase irrelevante! De que serve, por exemplo, saber que a maior verba (600.000€) na “Valorização e Promoção Cultural” é a “aquisição de serviços diversos” para o CSF se, a qualquer momento e sem que a Câmara ou a Assembleia autorizem, esse valor pode passar para 6.000€ ou para 600.000.000€? De que serve discutir que só estão definidos 10€ para os Encontros Mágicos se esse valor pode depois subir para os 50 ou os 100 mil? Ou não... De que serve discutir se o 1.290.662€ que está definido na dotação para as refeições escolares do 1.º Ciclo está correto? Pode ser esse ou outro qualquer que durante o ano muda-se por determinação do Presidente da Câmara... De que serve a discussão sobre os 253.581€ definidos para Contratos Programa de Formação Desportiva? Tanto pode ser esse o valor a gastar como outro qualquer... De que serve discutir se as juntas de freguesia vão ter mais dinheiro do que nos últimos anos? Ou se sobe o dinheiro para a reabilitação urbana? A qualquer momento, por decisão solitária do Presidente da Câmara, essas perspetivas podem mudar, para pior ou para melhor. E não vale a pena alguns vereadores e alguns serviços ficarem muito contentes porque têm muito dinheiro no “Orçamento e GOP” – na prática, podem acabar com muito menos sem fazerem nada por isso... Esta possibilidade de ser o Presidente a aprovar as alterações, que já vem de trás e existe em muitas Câmaras, é justificada pela necessidade de dar celeridade aos procedimentos. Em Câmaras em que os vereadores das forças políticas minoritárias são sistematicamente ignorados, em que os seus requerimentos e solicitações não têm seguimento, em que os deveres de informação dos serviços a todos os vereadores são dificultados pela burocratização, isto é, em Câmaras como a de Coimbra em 2016, deixa de fazer sentido que este poder continue a ser só do Presidente da Câmara, em vez de permanecer no órgão “Câmara Municipal”, permitindo o adequado controlo democrático. Em suma, este é um orçamento sem rasgo nem ideias novas e mobilizadoras, um orçamento assente numa fiscalidade errada, um orçamento em que não parecem acautelados os apoios a algumas instituições de referência do Município. E um orçamento assim não pode merecer o voto desta bancada.”*

O Senhor Vereador **Ferreira da Silva**, antes de entrar na avaliação substantiva das GOP, disse que importava colocar uma questão prévia relevante. Por força da Lei do Direito de Oposição, Lei n.º 24/98, os titulares desse direito em que se incluem os grupos de cidadãos eleitores, entre eles o Cidadãos Por Coimbra, que tenham eleitos dos órgãos municipais, assembleia e Câmara, mas que não tenham vereadores com pelouros atribuídos, têm, por força do n.º 1, do art.º 4.º “o direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade.” E no seu n.º 2 estabelece que “as informações devem ser prestadas



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativos dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição”, em especial nos termos do art.º 5.º da mesma lei os titulares do direito de oposição têm o direito de ser ouvidos em consulta prévia sobre as propostas dos respetivos orçamentos e plano de atividades. Mais uma vez e apesar das sistemáticas chamadas de atenção, esta Lei da República, a que todos devem obediência, continua sem ser cumprida na Câmara Municipal de Coimbra, presidida, ainda por cima, pelo Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses. O que pareceu ser uma questão meramente formal constitui violação de um direito essencial impedindo ou limitando de forma relevante a participação dos cidadãos na elaboração das GOP e Orçamento através dos seus legítimos representantes. Feita esta chamada de atenção, importa dizer que as Grandes Opções do Plano em que se incluiu como seu elemento essencial o orçamento municipal, deve servir para que a Câmara Municipal, órgão do Município, defina as linhas estratégicas da sua atividade anual e plurianual de modo a que as mesmas possam ser conhecidas pelos munícipes e por eles avaliadas. Porém, pelo quarto ano consecutivo, tal não acontece. O que é trazido é um documento que contém um amontoado de receitas e despesas sem que se entenda de forma clara e efetiva qual vai ser a linha de rumo deste executivo, ou melhor, sabe-se que é uma linha de atuação pautada pelo casualismo, com a expressão na máxima perfilhada pelo Presidente da Câmara Municipal de que *“o caminho se faz caminhando”*, como se as cidades e, em especial, uma cidade da dimensão de Coimbra, pudesse ser coordenada à vista, tal qual um barco em tempo de nevoeiro. Trata-se pois de uma maneira de governar a Cidade que é formalmente legítima, porque resultante de escolha eleitoral mas que é, em seu entender, prejudicial ao desenvolvimento da Cidade e do Concelho, continua a perder oportunidades e força de atração em relação aos seus vizinhos mais próximos. Por outro lado, este orçamento merece uma outra crítica essencial que se relaciona com outra mas que tem autonomia em relação a ela e que se consubstancia na ausência de participação cidadã, mormente por ausência de consagração de verba específica a ser preenchida por escolha dos munícipes através de orçamento participativo. Mau grado as propostas apresentadas neste órgão pelo Movimento Cidadãos Por Coimbra e recomendação esmagadoramente maioritária da Assembleia Municipal, a teimosia na recusa a esta importante fonte de participação persiste como se fosse imagem de marca desta maioria mesmo quando o próprio Governo, chefiado por António Costa, aposta nesse caminho e a generalidade dos municípios portugueses partilham a ideia por caminhos naturalmente plurais. Apreciando, em concreto, algumas matérias específicas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento e começando pela cultura, dado a relevância desta atividade num concelho com as especificidades de Coimbra, devido à importância decisiva da sua Universidade e de todo o ensino superior, apesar do aumento de receitas e da liquidez existente que permitiria dar um salto de qualidade, têm um orçamento de manutenção, sobretudo se tiverem em conta o financiamento definido, mais 27.400,00€ do que no ano passado. Aqui, não releva o orçamento não definido que não se sabe bem o que é e como pode vir a concretizar-se. O apoio à criação cultural às diversas estruturas que gerem equipamentos municipais, para além de um aumento de 10.000,00€ para funcionamento, aparece num bolo global de 420.000,00€, que não se sabe como vai ser distribuído e que permite toda a discricionariedade, gerando instabilidade e insegurança a quem tem necessidade de programar à distância sem conhecer com rigor os apoios de que dispõe. Para o Convento de São Francisco aparece orçamentado cerca de 1.000.000,00€, vabr razoável para um equipamento desta natureza, mas ao mesmo tempo vai continuar-se a trabalhar sem um modelo de gestão definido e sempre na lógica de prestação de serviços, com cerca de 700.000,00€, sem que se saiba exatamente a que respeitam, mas que não custa crer destinarem-se à contratação por ajuste direto, como tem acontecido para a gestão, comunicação e programação. Admitindo-se haver necessidade de uma verba para eventualidades, esta é uma quantia manifestamente excessiva. Na difusão do livro e da leitura, mais de metade do financiamento é não definido. Conhecendo-se as necessidades de investimento da biblioteca, são fundados receios de que não venham a ser disponibilizados quantias efetivamente necessárias. De uma forma ainda mais grave, a questão do Museu do Carro Elétrico e do Museu Judaico, 2.400.000,00€ de financiamento não definido. Perguntou se servirá apenas para inflacionar o orçamento e que Museu Judaico é este, onde, quando, como e porquê. Quanto à Reabilitação Urbana e Promoção da Atividade Económica, com particular destaque à criação de condições para a atração ao investimento, sem a



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

conjugação de uma economia local forte e sem um mercado de arrendamento qualificado e a preços atrativos, não haverá fixação de pessoas em Coimbra, continuando a assistir-se a um declínio demográfico que os números mais recentes confirmam, em especial, sem ser trilhado este caminho de forma coerente e consistente, não haverá fixação de casais jovens e altamente qualificados, saídos das escolas universitárias e politécnicas, continuando a assistir-se à sangria dos últimos tempos. Estas duas matérias deveriam merecer atenção central do investimento municipal, conjugadamente com os diversos programas de financiamento nacional e europeu, o que manifestamente não se vê acontecer. No que respeita à reabilitação urbana, reina mais uma vez, o casualismo que leva ao investimento manifestamente insuficiente, face às disponibilidades orçamentais caso se tivesse em mente dar um impulso decisivo à consolidação demográfica da Cidade consolidada, essencial a um crescimento económico relevante. Para as ações de desenvolvimento e qualificação urbana prevê investir-se 4,2 milhões de euros, sendo 2,7 milhões de euros para iluminação de passagens de nível, o que é surpreendente, pois essa responsabilidade deveria ser da REFER. Referiu ainda que 1 milhão é para iluminação Led, ficando sem se conhecer exatamente a que se destina, não parecendo ser para uma renovação total da rede de iluminação pública, dado o escasso montante. Referiu-se ainda a um vertente que tem consagração no capítulo de desenvolvimento económico e apoio à atividade empresarial – 1,4 milhões, dos quais, 1 milhão para FundBox e 400 mil euros para transferências correntes para a CIM, ou seja, destino institucional. Os parques industriais que exigem consabidamente investimento relevante urgente, se se quiser criar atração ao investimento, não têm qualquer verba alocada. O IParque continua ausente das GOP, prevendo-se a persistência de abandono a que a maioria camarária o votou desde há três anos. O fomento da atividade socioeconómica – 422 mil euros, dos quais 300 mil euros para o Mercado D. Pedro V e para transportes, viagens e promoção; 22 mil euros para apoio ao Instituto Pedro Nunes e 33 mil euros à Associação de Promoção da Baixa de Coimbra, o que pode e deve comparar-se com os 35 mil euros para pirotecnia. No que respeita à educação e no âmbito dos programas e de igualdade de oportunidade, ensino básico e secundário, projetos complementares de natureza educativa, abrangem um largo conjunto de projetos para o apoio ao funcionamento das escolas (ação social escolar, planos de transportes subvencionados e outros) há uma redução orçamental substancial, cerca de 2 milhões de euros. Com especial incidência no programa igualdade de oportunidades para a educação e sobretudo no programa ensino básico e secundário, aparentemente no que diz respeito ao primeiro mantêm-se discriminadas e contempladas as ações de apoio à alimentação, transporte dos alunos, aquisição dos manuais escolares. Espera que esta decisão de baixar o montante orçamentado para 2017, não ponha em causa a qualidade das respostas que neste campo competem ao Município. Com efeito, surgiram recentemente episódios relacionados com a má qualidade da alimentação fornecida às escolas, como noticiado na comunicação social, o controlo da qualidade e as condições como as refeições são servidas, deve merecer o máximo de cuidado da autarquia e com este orçamento não sabe se isso está assegurado. No segundo programa, uma redução orçamental muito mais significativa. Trata-se de um programa que inclui obras de requalificação dos estabelecimentos escolares do 1.º ciclo que no atual quadro legal e, no caso de Coimbra, compete às Câmaras Municipais. No texto das GOP, provavelmente para encobrir a ausência de ações neste campo, enumeram-se as obras que já foram concluídas e que já estão em funcionamento – Centro Escolar da Solum, do Loreto, entre outras. Quanto ao que estaria ou poderia estar projetado nada é dito. Também nada é dito sobre a reorganização da rede escolar no 1.º ciclo do ensino básico, a requalificação das tradicionais escolas primárias sem as instalações adequadas às múltiplas valências hoje requeridas no estabelecimento de ensino, poderá não ser a opção mais adequada mesmo nalgumas freguesias de feição mais rural. Quanto às condições de funcionamento destas escolas, designadamente no que diz respeito ao aquecimento e melhoramento energético, verifica-se que as ações previstas e com financiamento garantido quer na educação pré-escolar, quer no ensino básico e secundário, não tem verbas expressamente alocadas, mantendo-se apenas abertas com simbólicos 10 euros por cada uma. Estes exemplos concretos, servem para confirmar que estes documentos são da responsabilidade exclusiva da maioria que os elaborou, que dão pressão à sua maneira de governar a Cidade, que é legítima e, por isso, não merece o seu apoio, antes se encontra distanciado delas. Por isso, em consciência e em coerência com as razões evocadas, o seu voto é contra esta proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O **Senhor Presidente** como clarificação útil informou que as ações constantes do orçamento obedecem a regras técnicas imperativas. Quanto ao valor referido das refeições escolares, explicou que, obviamente que é deliberação da Câmara Municipal o contrato plurianual, que cabimentado, comprometido e contratualizado tem de ser obrigatoriamente registado para o ano(s) seguinte(s) da duração do contrato. Explicou ainda que a Escola do Loreto já está feita e paga, mas como a haviam candidatado a fundos europeus que já deviam ter vindo, finalmente foi aprovada esta candidatura e a obra inaugurada. Esta empreitada, à semelhança de outras, tem de ser mantidas no ativo de registo por terem garantias determinadas por lei.

O **Senhor Vereador Francisco Queirós** leu a seguinte intervenção:

“A proposta das GOP e Orçamento para 2017 do executivo do PS na Câmara de Coimbra continua a sofrer dos graves constrangimentos que as sucessivas políticas nacionais traçadas contra a autonomia do poder local têm colocado. Esta proposta é, desde logo, condicionada pela redução de meios ao nível do funcionamento das autarquias, pela criação de normas e preceitos legais que limitam a capacidade de execução e de intervenção dos órgãos autárquicos. Para além destes constrangimentos diversos, comuns a todos os municípios, da responsabilidade de diferentes governos e agravados pelo anterior governo de direita, no Concelho de Coimbra, a gestão municipal tem-se pautado por um centralismo presidencialista que paralisa serviços, não respondendo em tempo útil aos cidadãos e que afasta os munícipes da participação política. Facto que se agrava face à dimensão do nosso concelho. O empobrecimento da participação dos cidadãos, o centralismo que fere a democracia local, estão longe das nossas conceções e práticas. A CDU desde sempre tem pugnado pela transparência de procedimentos e decisões, pela discussão coletiva no quadro da colegialidade dos órgãos, promovendo-se a celeridade nas decisões e a proximidade aos munícipes. A proposta de GOP e Orçamento para 2017 não corresponde às grandes linhas de orientação política que a CDU defende desde sempre. Esta proposta consubstancia opções do executivo PS com as quais não nos identificamos. Consideramos que não é este o caminho certo para a política de desenvolvimento do concelho de Coimbra. A proposta do Partido Socialista continua, como aliás e desde há muito tem sido opção dos diversos executivos municipais, a ter uma lógica de gestão centralizadora. No conjunto de propostas para o concelho, nas opções tomadas não se vislumbra um modelo coerente de desenvolvimento de Coimbra. Assim, não há, com evidência, o lançamento de obras que sejam âncoras ou peças de um modelo global e integrado de desenvolvimento de Coimbra, pensado para o futuro. O reforço do investimento, sendo à partida positivo, parece não passar da concretização de obras desgarradas em ano eleitoral, por falta de um fio condutor, de linhas de orientação claras de uma política concelhia. Não se dá ainda a importância devida às freguesias, dotando-as dos meios financeiros necessários para a concretização dos seus planos de intervenção, o que só seria possível com um aumento mais significativo das verbas destinadas para a Descentralização e Apoio às Juntas de Freguesia. A CDU defende que nesta matéria é necessário dar um salto significativo, dotando as freguesias de verbas muito superiores aos cerca de 3 milhões agora previstos. Apesar deste constrangimento evidente, registamos como positivo o aumento em cerca de 2,9% das verbas alocadas às freguesias. Salientamos porém que qualquer aumento de verbas em sede de GOP, este ou outro mais significativo, de pouco servirá para a execução das obras nas freguesias, se não for garantido e concretizado na prática o apoio dos serviços competentes do município na elaboração dos projetos para o seu possível início em tempo útil, ou seja, até ao final do primeiro trimestre de 2017. A CDU bater-se-á para que assim aconteça. Realça-se ainda como positiva a transferência de 1% do IMI para as freguesias, sublinhando-se e recordando o papel determinante dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal para a sua concretização. Em matéria da política cultural não basta reforçar um ou outro apoio a iniciativas culturais. A política cultural do concelho, muito mais que de uma política de apoios (necessários) requer uma visão global, envolvendo todos os seus parceiros e atores, como temos sempre pugnado. É necessário levar mais longe a reabilitação urbana, aproveitando os mecanismos e programas disponíveis. Programas como “Reabilitar para Arrendar, quer na vertente destinada a arrendamento apoiado, quer para habitação acessível com custos



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

controlados para realojamento com renda condicionada são instrumentos que a autarquia já utiliza e deve intensificar. O mesmo se refere para candidaturas consequentes inseridas no PEDU ou em outros programas. Em relação à política de transportes públicos, a que se dará atenção mais pormenorizada em sede de discussão das GOP e Orçamento dos SMTUC, têm de se prosseguir, consolidar e reforçar meios materiais e humanos para o cumprimento de uma função social primordial que tem de ser sempre garantida na esfera pública pelo Município numa lógica de modernização, fiabilidade, alargamento da oferta, possibilitando a todos os munícipes sem exceção a possibilidade de usufruírem deste serviço. Há assim que apostar no transporte público, afastando os SMTUC de vez do caminho para a degradação e abismo a que estava a ser conduzido no anterior mandato autárquico. Revela-se positiva a alteração a nível nacional do quadro legal, designadamente através das Leis do Orçamento Geral do Estado de 2016 e de 2017, que abrindo algumas, ainda que tímidas, possibilidades de contratação de pessoal, rompe com um ciclo de redução e envelhecimento do pessoal das autarquias que mais não visava que a paralisação do serviço público, a sua condenação pelos cidadãos para facilitar a abertura a interesses privados. Como sempre defendemos, devemos, em matéria de pessoal autárquico, reforçar as unidades orgânicas, com particular acuidade para os setores mais carenciados, que prestam serviços essenciais à população, como são os setores da higiene, parques e jardins, obras, transportes e outros. Os passos dados com abertura de concursos de admissão de pessoal, ainda insuficientes, têm que ser continuados e reforçados. Temos a consciência de múltiplos constrangimentos, a que já referimos, que tornam apertados os espaços para a concretização das políticas de desenvolvimento que urge executar e que devam ter correspondência nas opções das GOP e Orçamento. Contudo, e embora reconhecendo alguns passos positivos, embora tímidos, em áreas fulcrais, já anteriormente referenciados, consideramos que com os mesmos meios era possível trilhar outro caminho bem diferente deste que compromete o desenvolvimento do concelho. A CDU, criticando opções do PS tomadas num quadro de gestão e de definição de políticas para o concelho que não são as que defende, não pode votar favoravelmente as GOP e o Orçamento para 2017 do Concelho de Coimbra. Assim, abstemo-nos na votação desta proposta”.

O Senhor **Vereador Jorge Alves** não estando satisfeito e como para si a satisfação é o motor do empenho de criatividade naquilo que é o exercício da função pública, o saber fazer mais com menos recursos, da rentabilização das parcerias e dos parceiros, vê este orçamento como realista, não eleitoralista e é muito fácil inserir um conjunto de receitas com despesas que depois não teriam efetivamente execução. É um orçamento que está enquadrado na situação global do país e na sustentabilidade financeira do Município. Destacou algumas questões, entre as quais o apoio aos Bombeiros Voluntários de Coimbra e de Brasfemes; o apoio à reconstrução do quartel dos Bombeiros Voluntários de Coimbra, que é estratégico, fundamental, uma unidade avançada de apoio à Baixa e à Alta da Cidade; Unidade Local de Formação, parceria com a Escola Nacional de Bombeiros e que já têm um conjunto de ações de formação previstas para execução em 2017 e que são fundamentais para a formação de quem no dia-a-dia tem a necessidade e obrigação de zelar pela segurança; o concurso para os 18 novos bombeiros profissionais dos sapadores, que se encontra na área do pessoal, há muitos anos que não era aberto um concurso desta natureza; a equipa de sapadores florestais que é fundamental na limpeza dos espaços florestais e naquilo que é a prevenção dos incêndios; um novo auto tanque tático que foi candidatado ao POSEUR, fundamental para apoio aos bombeiros naquilo que são as ações de natureza operacional; no caso da Polícia Municipal está prevista a reabilitação das instalações, o reforço dos equipamentos, nomeadamente em matéria de fardamentos que, o anterior Governo, através de uma legislação que espera que entretanto seja alterada, obrigou a alteração profunda; na área da Educação estão asseguradas as verbas fundamentais para os transportes escolares, mantendo o que são os dois quilómetros, decisão tomada com este Executivo; as questões da ação social escolar com as questões de apoio a um maior número de famílias; a questão da alimentação está salvaguardada; na área do pessoal está previsto um concurso para 10 assistentes operacionais, um reforço para a equipa de apoio aos jardins de infância e uma área onde têm havido preocupação e é fundamental; a nova plataforma educativa, aproximar os encarregados de educação do Município; melhoria das TIC nos Jardins de Infância e 1.º Ciclo ao nível de



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

equipamentos informáticos, mas também ao nível de aquisição de quadros interativos para as escolas onde ainda não foi possível dotar; melhoria das condições energéticas nos edifícios escolares; o programa da fruta escolar tem dotação, tendo recordado que o pré-escolar não faz parte deste programa, no entanto, a Câmara Municipal apoia esta iniciativa em tempo útil e oportuno; manutenção do parque escolar através das juntas de freguesia e dos protocolos celebrados – 251.509.000,00€ - fundamental para as reparações necessárias ao seu funcionamento; promoção da leitura nas escolas que se encontra na área da cultura mas contribui para a educação através da rede de bibliotecas escolares, o bibliomóvel que vai a muitas escolas do Concelho; três programas educativos que vão continuar a dar respostas às crianças do Concelho – Ciência para Todos; o Teatro nas Escolas e a Orquestra vai à Escola; lançamento de um novo programa para apoiar projetos inovadores que as escolas nos vários graus de ensino desenvolvem; estão previstas algumas obras nas escolas - com destaque para a requalificação das do Norton de Matos e Casconha – sendo que há obras que têm de ser feitas durante as férias escolares para não prejudicar o normal funcionamento das mesmas; um programa fundamental que não precisa de muita dotação, mas sim de empenho e muita imaginação, programa de apoio nas férias escolas, são muitos os pais que precisam deste tipo de apoio e os jardins-de-infância estão abertos em julho e agosto. O Projeto Educativo Concelhio que envolve e define a estratégia educativa, está a ser elaborado por um grupo de trabalho alargado e a versão inicial para discussão virá a reunião Câmara Municipal em janeiro de 2017. O Programa de Promoção de Sucesso Escolar, no âmbito da CIM, envolve os agrupamentos de escolas, não é uma verba direta do Município mas que vai contribuir para a melhoria da educação no Município na área da ação social. O apoio às Comissões Sociais de Freguesia, através do Fundo de Emergência Social sobe mais uma vez de 93.000,00€ para 100.000,00€, dinheiro direto para que estas Comissões apoiem as famílias que em cada uma das 18 freguesias necessitam. O Apoio às Crianças e Jovens em Risco, a Câmara Municipal faz um investimento bastante acentuado quer em meios técnicos quer em meios materiais e vai continuar a fazê-lo. O Programa Municipal de Apoio às Instituições aprovado na última reunião do Executivo Municipal, tem também alguns apoios previstos para obras, equipamentos e projetos das instituições. Em janeiro seguramente entrará em funcionamento a Comissão de Proteção ao Idoso. A nova Creche e Jardim de Infância na Sé Velha, equipamento social fundamental para a qualificação dessa zona, começará no início de 2017. A Parceria com o Contrato Local de Desenvolvimento Social tem alguns milhares de euros para combate à pobreza nas diversas freguesias. O Programa de Desporto Sénior movimenta centenas de idosos do Concelho e implica investimento. Acrescentou que tem a expectativa que a incorporação do saldo de gerência em abril próximo trará a possibilidade de reforçar investimentos que estão previstos nestas GOP. O julgamento das opções que fizerem neste orçamento e das opções que fizeram nos orçamentos anteriores são feitos em setembro de 2017. Foram feitas em setembro de 2013 e naturalmente que serão feitas em setembro de 2017. Tudo o que seja antecipar outro tipo de cenários, naturalmente tem a ver com outro tipo de questões que não propriamente as GOP.

A **Senhora Vice-Presidente** em relação à questão do financiamento indefinido explicou que pode ser considerado como sendo o saldo que serve de proteção aos riscos contingentes, fruto da atividade da Câmara Municipal durante os últimos 10 a 15 anos. No entanto e além de verbas nacionais ou internacionais, também pode ser herança. Por sua vez, verifica que os investimentos e atividades relevantes desta Câmara Municipal são os seguintes: apoio aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra; apoio às juntas de freguesia e descentralização de competências; pagamentos da dívida; o reabilitar para arrendar e a reabilitação de 34 habitações em Celas; o arrendamento de casas para alojar; educação; recolha e tratamento de resíduos sólidos, atividades nas áreas cultural e desportiva e as obras que foram aprovadas por todos os membros do Executivo – o desassoreamento, as Pontes do Açude; a Requalificação do Parque D. Manuel Braga; o Convento de São Francisco, o FAM, os danos provocados no edifício do Município de Coimbra nos eventos meteorológicos de janeiro e fevereiro; requalificação da Praça das Cortes. Em relação às alterações orçamentais, explicou que são um instrumento de gestão, a forma de ajustar os meios às necessidades. É uma forma de gerir. É demagógico dizer que não podem fazer ajustamentos. Sobre outra questão que foi



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

levantada, informou que todas as verbas afetas a todas as matérias veem a esta Câmara Municipal e é um dever de lealdade isso ser assumido por todos.

O Senhor **Vereador Carlos Cidade** disse registar com apreço, ao fim de muitos anos, independentemente de ter passado por aqui noutras circunstâncias, não ter ouvido, nomeadamente da oposição, de que estão perante um orçamento eleitoralista. Isso significa que, independentemente das opções, o facto de se omitir esta declaração política no último orçamento antes das eleições, só por si, é um reconhecimento da credibilidade política de quem apresenta o orçamento e da credibilidade dos políticos que a apresentam. Se compararem com o exemplo do último ano de eleições, este orçamento é de 94.000.000,00€ enquanto em 2013, chegou aos 128.000.000,00€ e as GOP's que são de 54.000.000,00€ em 2013 eram de 80.000.000,00€. Há uma diferença de credibilidade das propostas que se apresentam face à realidade existente. Referiu ainda que há alguns aspetos que têm a ver com opções políticas que passam muito por cumprir os objetivos e, nomeadamente do ponto de vista social, que inclui muitas áreas, têm vindo a cumprir tal como a questão da água e dos impostos que refletem essas opções. Referiu que a requalificação urbana é assumida como um objetivo estratégico e não é por acaso que as verbas que estão inscritas neste documento tem um grande significado estratégico, e são para cumprir esses objetivos. De facto são muito elevadas relativamente ao orçamento anterior, mas isso é possível e, ao contrário do que é dito, pela capacidade de negociação, de atrair os fundos necessários para cumprir esses objetivos e naturalmente, é uma vitória de Coimbra, que terá o seu reflexo positivo para os conimbricenses. Só o facto de na reabilitação urbana, como tudo o que envolve, passar praticamente para o dobro, é significativo. Relativamente ao que foi referido acerca da atratividade das empresas, referiu que já começaram a aparecer na Câmara Municipal um conjunto de empresas que, com o Governo anterior não tinham acesso ao crédito bancário e que provocou o incumprimento em relação aos contratos que tinham estabelecido com o Município à instalação das suas empresas, hoje a confiança é outra e as empresas estão a iniciar novos procedimentos que mostram novamente confiança na economia. E não é por acaso que, no Desenvolvimento Económico, no apoio à atividade empresarial, há um significativo aumento relativamente a essa matéria. E depois, há de facto, situações que foram constrangedoras para a Cidade durante anos e que só agora foram possíveis garantir, por termos um Governo do país sensível e um Governo Socialista na Câmara Municipal preocupado com essa situação e um Presidente da Câmara que tem a capacidade de saber atrair os fundos necessários à realização desses investimentos. Nunca haverá um orçamento desejável, mas é um orçamento credível e isso é que é importante e é nessa linha que este orçamento é presente. Naturalmente que a expectativa é grande relativamente ao saldo de tesouraria porque é o espaço de conforto para a concretização de um conjunto de expectativas para quem elegeu esta Câmara Municipal. Não tem dúvidas que estão perante umas opções e um orçamento credível, porque a seriedade e a honestidade política refletem-se nesta proposta de orçamento.

A **Senhora Vereadora Carina Gomes** recordou que no Município de Coimbra o orçamento para a cultura aproxima-se dos 4% e este é um primeiro dado que pretende relevar numa altura em que, a nível nacional, com o devido direito, se reivindica 1% para a cultura. Este documento que é apresentado reflete as linhas estratégicas e globais para a política cultural que foi definida e é definida para o Município de Coimbra. Compreende e respeita que haja outras opiniões e vereadores da oposição que não partilhem dessas linhas, o que é normal, pois se partilhassem provavelmente não se teriam candidatado por partidos ou movimentos distintos. Destacou aquelas que, para si, são as linhas principais da política cultural global para o Município e que estão refletidas neste documento. O importante trabalho do associativismo, dos agentes culturais e daí que tenham a verba de 899.000,00€ para o apoio ao associativismo cultural, que é aliás uma verba superior em mais de 100.000,00€ ao montante definido no ano anterior. Este apoio ao associativismo cultural permite, não apenas, preservar as tradições culturais mais tradicionais de Coimbra ao mesmo tempo que permite que o Município tenha vindo a apoiar projetos verdadeiramente inovadores de criação cultural. O Senhor Vereador Ferreira da Silva referiu que os agentes culturais não conseguem programar a médio ou a longo prazo o montante definido de 400.000,00€ para gerirem os equipamentos do Município, pelo que a Senhora



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Vereadora recordou que este ano tiveram três projetos – Orquestra Clássica do Centro, Teatrão e Encontros de Fotografia – e a proposta foi de estabelecer um protocolo plurianual com o Teatrão, a três anos, para que esta entidade possa programar à distância. Portanto, o Teatrão não apresentará o projeto no início de 2017 porque já o tem aprovado, mas haverá uma outra entidade a apresentá-lo, a Escola da Noite. Das reuniões que já teve com a Direção da Escola da Noite, o que está articulado com o Município é a apresentação de um programa a três anos. Portanto, entende que esta questão não se coloca porque a estratégia que tem sido seguida é de proximidade, o que não significa que estejam sempre de acordo. Uma outra linha refletiva é a reprogramação do Convento São Francisco que tem efetivamente um montante considerável definido e a definir e que permite continuar a programar com grande qualidade, apesar de todas as críticas que possam existir relativamente ao Convento de São Francisco, ao modelo de gestão e às empresas que têm sido contratadas, a verdade é que, do ponto de vista da programação cultural, o Grande Auditório tem estado lotado em todos os eventos que se têm ali realizado. Do ponto de vista da receita de congressos, tem vindo a aumentar de forma gradual, sendo já muito significativa. Deu dois exemplos de como estão a cumprir a missão que foi definida para o Convento de São Francisco, que tem a ver com a coproduções e a tentativa que crê que está a ser concretizada de elevar e ampliar a qualidade e a visibilidade dos eventos culturais em Coimbra: as parcerias com o Teatro Académico Gil Vicente e com o Jazz ao Centro Clube. Paralelamente a isso e este orçamento também o reflete, o apoio a eventos culturais de relevância nacional, como seja o Ano Zero ou os Encontros Mágicos. Destacou a participação do Município de Coimbra em candidaturas de programação cultural em rede e aqui, há um elemento que considera fundamental, o facto de o Fado de Coimbra ter sido uma das linhas de ação estratégicas para uma candidatura da CIM que pretende transformar o Fado de Coimbra num produto turístico de excelência de toda a região de Coimbra. A Parceria com o Teatrão também para uma candidatura de programação cultural em rede, é um projeto verdadeiramente inovador de criação cultural e artístico. Referiu-se ainda a uma candidatura de Promoção Regional dos quatro Patrimónios Mundiais do Centro de Portugal que é o aliar da programação cultural com a programação turística, tão necessária a uma Cidade como Coimbra. Por fim, referiu-se à política de animação do Centro Histórico que tem vindo a ser seguida por este Executivo e que se tem traduzido em efetiva vida nova ao Centro da Cidade e isso é visível para qualquer pessoa que passe na Baixa ou na Alta. Isto é verdadeiramente novo.

Assim, e com base na informação n.º 36830, de 24/10/2016, elaborada pelo Chefe da Divisão de Planeamento e Controlo, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 2454/2016 (28/10/2016):

- **Aprovar as “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017”, da Câmara Municipal de Coimbra, que dada sua extensão ficam apensos à presente ata, fazendo parte integrante da mesma, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º - “Competências Materiais”, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, no âmbito das competências materiais da Câmara Municipal, em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, diploma que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e respetivas alterações introduzidas pela Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro e Decreto – Lei n.º 814-A/2002, de 5 de abril, os documentos previsionais para 2017 no total de 94.672.975€ na Receita e na Despesa, dos quais 76.869.556€ (81%) respeitam a Receitas Correntes e 17.803.419€ (19%) a Receitas de Capital e, quanto às despesas, 60.248.119€ (64%) a Despesas Correntes e 34.424.856€ (36%) a Despesas de Capital, totalizando o PPI 25.294.898€ as AMR 29.292.775€ e as GOP 54.587.673€, para posteriormente**



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

serem submetidos a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º - “Competências de apreciação e fiscalização”, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Aprovado por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves e Carina Gomes. Absteve-se o Senhor Vereador Francisco Queirós. Votaram contra os Srs. Vereadores Barbosa de Melo, Paulo Leitão, José Belo, Paula Alves e Ferreira da Silva.

Declaração de voto do Senhor Vereador Ferreira da Silva:

“Votei contra pelas razões expostas na minha intervenção que aqui dou por reproduzida”.

A Declaração de voto dos Senhores Vereadores eleitos pelo Coligação “Por Coimbra” encontra-se consubstanciada na intervenção do Senhor Vereador Barbosa de Melo, acima transcrita.

Declaração de voto do Senhor Vereador Francisco Queirós:

“Abstive-me pelas razões expostas na minha intervenção que aqui dou por reproduzida”.

I.1. Norma de Controlo Interno

Relativamente a este assunto, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 2455/2016 (28/10/2016):

- **Aprovar a Norma de Controlo Interno, nos termos do n.º 2.9.10 do POCAL e da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, “Competências Materiais”, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.

Aprovado por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves e Carina Gomes. Absteve-se o Senhor Vereador Francisco Queirós pelos motivos aduzidos na sua declaração de voto expressa no Ponto “I. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra e anexos”. Votaram contra os Srs. Vereadores Barbosa de Melo, Paulo Leitão, José Belo, Paula Alves e Ferreira da Silva, pelos motivos aduzidos nas suas declarações de voto expressas no Ponto “I. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra e anexos”.

I.2. Regulamento Interno de Fundos de Maneio (incluído na NCI art.º 48.º);

Relativamente a este assunto, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 2456/2016 (28/10/2016):

- **Aprovar o Regulamento Interno de Fundos de Maneio (incluído no art.º 48.º da NCI), em conformidade com o ponto 2.9.10.1.11 do POCAL.**

O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Aprovado por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves e Carina Gomes. Absteve-se o Senhor Vereador Francisco Queirós pelos motivos aduzidos na sua declaração de voto expressa no Ponto “I. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra e anexos”. Votaram contra os Srs. Vereadores Barbosa de Melo, Paulo Leitão, José Belo, Paula Alves e Ferreira da Silva, pelos motivos aduzidos nas suas declarações de voto expressas no Ponto “I. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra e anexos”.

I.3. Celebração de Contratos de Delegação de Competências e “acordos de execução” entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniões e Juntas de Freguesia

Relativamente a este assunto, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 2457/2016 (28/10/2016):

- **Aprovar a celebração de Contratos de Delegação de Competências e “Acordos de Execução” entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia, para posterior deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º - “Competências de apreciação e fiscalização” da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.

Aprovado por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves e Carina Gomes. Absteve-se o Senhor Vereador Francisco Queirós pelos motivos aduzidos na sua declaração de voto expressa no Ponto “I. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra e anexos”. Votaram contra os Srs. Vereadores Barbosa de Melo, Paulo Leitão, José Belo, Paula Alves e Ferreira da Silva, pelos motivos aduzidos nas suas declarações de voto expressas no Ponto “I. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra e anexos”.

I.4. Mapa de Pessoal para 2017

Deliberação n.º 2458/2016 (28/10/2016):

- **Aprovar o Mapa de Pessoal para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra, nos termos dos artigos 28.º e 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com envio à Assembleia Municipal.**

O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.

Aprovado por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves e Carina Gomes. Absteve-se o Senhor Vereador Francisco Queirós pelos motivos aduzidos na sua declaração de voto expressa no Ponto “I. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra e anexos”. Votaram contra os Srs. Vereadores Barbosa de Melo, Paulo Leitão, José Belo, Paula Alves e Ferreira da Silva, pelos motivos aduzidos nas suas declarações de voto expressas no Ponto “I. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra e anexos”.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

I.5. Autorização Prévia no âmbito da LCPA

Deliberação n.º 2459/2016 (28/10/2016):

- **Aprovar a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, (alínea c) do n.º 1 do art.º 6º e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para posterior deliberação da Assembleia Municipal.**

O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.

Aprovado por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves e Carina Gomes. Absteve-se o Senhor Vereador Francisco Queirós pelos motivos aduzidos na sua declaração de voto expressa no Ponto “I. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra e anexos”. Votaram contra os Srs. Vereadores Barbosa de Melo, Paulo Leitão, José Belo, Paula Alves e Ferreira da Silva, pelos motivos aduzidos nas suas declarações de voto expressas no Ponto “I. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra e anexos”.

PONTO II. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA

II.1. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017:

O Senhor **Vereador Jorge Alves** disse que destacaria algumas opções estratégicas bem definidas no documento e cujo principal objetivo é a melhoria da qualidade do serviço e a racionalização da rede de transportes. Nos últimos três anos o trabalho feito visa prosseguir a renovação da frota. Desde a tomada de posse deste Executivo, em 2013, já foram adquiridas 22 viaturas (5 novas, 10 usadas, uma de transporte de pessoas com mobilidade condicionada, dois mini híbridos para a linha do Botânico e três mini autocarros do tipo Ecovia), destacou. Frisou também a manutenção preventiva da frota. É certo que ela é velha mas não havendo investimento na manutenção preventiva há mais problemas. Nestes três anos conseguiu-se reduzir em muito o número de viaturas paradas na oficina. Há ainda muito a fazer mas está certo de estarem no bom caminho. Outro dos grandes problemas que os SMTUC enfrentam prende-se com a questão do pessoal. O lançamento do concurso para admissão de motoristas e para pessoal oficial (nomeadamente mecânicos, eletricitas auto e lubrificadores) é fundamental para que se mantenha esta aposta na melhoria da qualidade do serviço. Para 2017 está prevista a entrega de 5 autocarros novos e 7 miniautocarros. Este serviço público, que dá resposta a muitos milhares de pessoas que se deslocam diariamente a Coimbra para trabalhar, estudar, e não só, é naturalmente fundamental e tem obrigado a um esforço crescente por parte da Câmara Municipal. E as GOP e Orçamento 2017 representam mais um esforço adicional da Autarquia de Coimbra, que tem obviamente repercussão no dia-a-dia do funcionamento da frota dos SMTUC. Referiu-se ainda ao estacionamento, que é uma fonte de receita importante para os SMTUC. A entrada em funcionamento dos dois novos parques, a Praça das Cortes e também o Convento, vão ser um garante de aumento da receita. Neste contexto, considera a proposta em análise bastante equilibrada e que prevê a possibilidade de melhorias significativas na resposta aos utentes e na recuperação/aumento do número de passageiros transportados. A confiança dos utentes tem vindo a ser recuperada aos poucos e trará resultados a médio prazo.

O Senhor **Vereador Ferreira da Silva** disse que, em relação aos SMTUC, tem sempre alguma dificuldade em conjugar as intervenções dos seus colegas vereadores/administradores do CA dos SMTUC, que muito



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

respeita, com a realidade. Considera que há sempre uma dose elevada de irrealismo na análise por eles feita, quando comparada com a avaliação de que vai tendo conhecimento sobre a realidade dos SMTUC. E deu como exemplo este verão, em que muitos dos autocarros tiveram de circular de porta aberta em dias de calor insuportável, por não terem ar condicionado e para haver alguma circulação de ar. Por outro lado, e apesar do estudo Trenmo, a rede de transportes continua a não ter coerência, lógica e racionalidade. Evidentemente que reconhece que há melhorias em relação aos SMTUC mas julga que o ritmo da melhoria é tão pequeno que lhe custa conjugar a imagem dada pelos vereadores/administradores com a imagem externa daquele serviço e que lhe é dada por muitos cidadãos. Mas a sua principal reserva em relação aos orçamentos dos SMTUC tem a ver com os níveis de execução, que nos últimos três anos são de nível sofrível. Do que viu, não aparece nada alocado à aquisição/renovação da frota. Isto pode até ser realista, porque assim pelo menos não há o risco de se prometer investimento e depois haver um nível de execução baixo. Mas considera que valia a pena fazer um orçamento realista que pudesse permitir uma renovação da frota efetiva. Porque do que se viu no último relatório de contas inverteu-se a tendência de perda de passageiros mas não se aumentou até agora o número de passageiros. E se se quiser uma cidade mais estruturada e mais moderna há que ter transportes públicos mais atrativos. E confessou sentir uma dor de alma ao ver vários autocarros circularem vazios pela cidade, sobretudo à noite. Claro que não há como adquirir autocarros pequenos para colmatar isto mas também não vê um esforço nesse sentido. Se se quer atrair os jovens, por exemplo, há que dotar rapidamente os autocarros de serviço Wi Fi, coisa que já acontece noutras cidades do país. Por estas razões, o seu voto é contra o Orçamento dos SMTUC.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** disse que ainda há pouco se havia referido à importância de serviços públicos de transporte com grande qualidade e fiabilidade. Frisou que a mencionada redução de passageiros aconteceu, de facto, nos últimos anos e de uma forma acentuadíssima nos transportes públicos nacionais todos. A quebra de passageiros em Coimbra não tem nada a ver, em termos percentuais, com aquilo que aconteceu em Lisboa ou no Porto. Para além de outros fatores, há que ter em conta a situação económica do país, com o aumento da emigração, o desemprego, entre outros. O que, na sua opinião, importa agora fazer é aumentar a fiabilidade, aumentar a oferta e inverter uma tendência dos últimos anos que era a de, permanentemente, haver vários autocarros avariados. Recordou o início do seu mandato no Conselho de Administração dos SMTUC, em que havia informação/registo de 15 a 20 avarias por dia em autocarros. Acresce que a frota estava envelhecida. Agora, a aquisição de alguns veículos veio permitir baixar consideravelmente a idade média da frota e abater alguns autocarros. O que está em causa é a necessidade de mudar e de modernizar completamente um serviço, defendeu. Julga que para a maioria dos utentes é notório que o paradigma mudou. Evidentemente que ainda há muito a fazer mas só quem não quer é que não vê como foi possível transformar um serviço que estava decadente num serviço em ascensão de qualidade. Se nada tivesse sido feito, se o caminho ainda fosse o que era trilhado há três anos atrás, não imagina o que seria hoje dos SMTUC e duvida mesmo que ainda houvesse um serviço municipalizado de transportes urbanos em Coimbra, confessou. Naturalmente que isto se traduz num enorme esforço em termos de Orçamento Municipal e que todos são unânimes em que deveria haver um subsídio à exploração por parte do Estado, porque a Câmara presta, e bem, este serviço social e suporta os seus custos e deveria ser acompanhada, neste esforço, pelo próprio Estado. Não obstante, esse esforço municipal está a ser feito, com resultados muito positivos. Atualmente aposta-se na oficina em termos preventivos e muito agradece o facto de nunca ter acontecido nenhum acidente grave desde há vários anos a esta parte, tal era o estado em que alguns veículos dos SMTUC circulavam há 4 e 5 anos atrás. Neste contexto, não tem a mais pequena dúvida em votar favoravelmente este orçamento exigindo, obviamente, que todos sejam corresponsáveis por ter um serviço público de qualidade ao nível do transporte, que é fundamental para o desenvolvimento de Coimbra.

O Senhor **Vereador Barbosa de Melo** disse que os SMTUC são uma peça crucial para o funcionamento da cidade de Coimbra, como o são os sistemas de transportes coletivos de todas as cidades com uma dimensão que já não permite que as pessoas andem a pé. Os SMTUC tiveram um período de forte investimento que foi



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

apoiado, durante muitos anos, pelo Estado, entre os anos de 2000 e 2009. Nesse período, todos os anos havia autocarros novos financiados pelo Estado, através do IMT e dos seus antecessores. Fruto disso, a idade média dos veículos, durante a década de 2000, diminuiu. Exemplificou com o trolley relativamente novo que circula na cidade, que anda também a gasóleo porque tem dois motores, uma máquina cara que foi comprada com dinheiro do Orçamento Geral do Estado. Mas de repente, com a crise e a falência do Estado Português, o Orçamento Geral do Estado, de um ano para o outro, deixou de apoiar a renovação periódica da frota dos SMTUC. Naturalmente que este desfecho era inevitável. Podia-se capitalizar durante dois ou três anos esse investimento feito na década de 2000 mas era absolutamente inevitável que a partir de 2013, 2014, se tivesse de investir na compra de autocarros. Mas estes são factos independentes da cor da maioria desta Câmara e dos membros do Conselho de Administração dos SMTUC. Portanto, o necessário esforço financeiro tem vindo a ser feito pelo atual Conselho de Administração e saúda-o por isso. Mas não chega ter frota, ter autocarros novos. É preciso continuar a investir em sistemas de bilhética e em sistemas de informação aos passageiros, e sabe que há vontade, por parte do atual Conselho de Administração dos SMTUC, de continuar a fazer esse investimento. E isso é de saudar. Terminou dizendo que, na medida do possível, a sua bancada está disposta a colaborar em decisões em prol dos SMTUC, uma vez que falhou completamente o apoio que Coimbra sempre teve do Estado para manter e melhorar a sua frota de autocarros, sendo que agora têm de ser os conimbricenses a suportar esse investimento. Oxalá os procedimentos burocráticos não sejam impeditivos dessa renovação porque o exemplo da compra dos cinco novos autocarros demonstra como este tipo de processos atualmente se podem arrastar por mais de um ano. Não obstante, julga que a experiência adquirida com a compra destes cinco deverá servir para que um próximo concurso corra melhor e de maneira mais célere.

A Senhora **Vice-Presidente** disse ao Senhor Vereador Ferreira da Silva que nenhum autocarro funciona de portas abertas, até porque o sistema bloqueia. Disse que está a ser desenvolvido um programa para wireless e informação em tempo real em smartphones, aliás veio à Câmara na reunião passada o pedido de autorização de despesa plurianual para este efeito. Mas para além disso há autocarros equipados (os mais recentes) com equipamento de deteção à distância de prevenção de avarias. Ou seja, em quase metade da frota dos SMTUC é agora possível detetar avarias mecânicas com antecedência, através de tecnologias introduzidas com o apoio de startups/empresas do Instituto Pedro Nunes. Anunciou que só este ano foram pagos 11 autocarros: cinco autocarros com 9 anos, 5 novos e uma viatura de transporte especial. Estão para ser entregues mais dois para a nova linha do Botânico e mais três ecovias que têm contrato firmado, porque há que renovar igualmente as ecovias. Tudo isto soma um total de 16 autocarros comprados este ano. Portanto, a execução de que fala o Senhor Vereador Ferreira da Silva é a do mês 6, e no mês de junho ainda não se tinha pago o equipamento. Salientou que o tal estudo da Trenmo referido pelo Senhor Vereador já estava contratado quando tomaram posse, é mais uma “herança”. Os 20% de implementação foram consensualmente poupados porque os SMTUC já tinham implementado. Tudo o que o estudo previa em termos de reformulação das linhas e que o Conselho de Administração dos STUC considerou que era passível de se implementar já foi implementado. Outras medidas previstas no estudo que passavam pela redução de linhas, por serem caras, por circularem com poucas pessoas, a horas noturnas para a periferia, os vereadores/administradores dos SMTUC optaram por não as implementar, porque se a câmara paga um serviço social para transportar os contribuintes nunca tomariam uma medida dessas sem que ela passasse por esta Câmara, nunca implementariam nada que cortasse o acesso ao transporte por parte dos munícipes. Concordou que o número de passageiros, que tem vindo a decrescer, precisa de ser invertido. Mas para que isso aconteça têm de ser tomadas medidas, tais como condicionar, limitar e ordenar o estacionamento antes de vir fazer campanhas de utilização do transporte público. Também é um facto que há menos gente na cidade porque, infelizmente, muitas foram-se embora mas é possível, ainda assim, aumentar o número de utentes dos SMTUC e o próprio estudo da Trenmo admite essa possibilidade em 20 a 25%, com medidas de racionalização do estacionamento e do trânsito.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

a) Norma de controlo interno e Regulamento Interno de Fundos de Maneio;

Em conformidade com o Despacho n.º 29/PR/2016, de 5 de setembro de 2016, foram instruídos os documentos previsionais para 2017 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Assim, e com base na deliberação tomada pelos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra em 21/10/2016, documento registado nesta Autarquia sob o n.º 81683, de 21/10/2016, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 2460/2016 (28/10/2016):

- **Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMTUC para 2017, bem como a Norma de Controlo Interno e o Regulamento Interno de Fundos de Maneio, elaborados conforme disposto no DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e demais legislação com posteriores alterações;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para aprovação.**

Os referidos documentos, dada a sua extensão, ficam apensos à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.

Aprovado por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves, Carina Gomes e Francisco Queirós. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Barbosa de Melo, Paulo Leitão, José Belo e Paula Alves. Votou contra o Sr. Vereador Ferreira da Silva.

b) Mapa de Pessoal para 2017

O Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o cumprimento dos objetivos da organização, caracterizados em função das atividades e competências que o seu titular se destina a cumprir ou executar, ou do cargo, carreira e/ou categoria que lhes correspondam, e dentro de cada carreira e/ou categoria a área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular.

Assim, e com base na deliberação tomada pelos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra em 21/10/2016, documento registado nesta Autarquia sob o n.º 81683, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 2461/2016 (28/10/2016):

- **Aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2017, que decorre da aplicação dos artigos 28º, 29º e 30º do Anexo a que se refere o art. 2.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, tendo como pressuposto a estrutura orgânica flexível em vigor;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para aprovação.**

O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Aprovado por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves, Carina Gomes e Francisco Queirós. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Barbosa de Melo, Paulo Leitão, José Belo e Paula Alves. Votou contra o Sr. Vereador Ferreira da Silva.

PONTO III. SETOR EMPRESARIAL LOCAL – conhecimento

Relativamente a este assunto, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 2462/2016 (28/10/2016):

- **Tomado conhecimento da situação das seguintes entidades participadas, para posterior envio à Assembleia Municipal:**
 - “AC, Águas de Coimbra, E.M.”;
 - “Coimbra I Parque, Parque Inovação, Ciência, Tecnologia e Saúde, EM, S.A.”;
 - “Prodeso – Ensino Profissional E.M., Lda.”.

AC, ÁGUAS DE COIMBRA, E.M. – proposta de tarifário para 2017

O Senhor **Presidente** informou a Câmara que foi ontem designado Presidente do Conselho de Administração da AC, Águas de Coimbra, E. M. o Dr. Vítor Carvalho Santos.

O Senhor **Vereador Barbosa de Melo** saudou o esforço que a AC, Águas de Coimbra, E. M. continua a fazer a vários níveis. Um deles é a generalização da telemetria: no fundo, trata-se dos contadores serem lidos à distância, sem alguém ter de se deslocar para os ler. Julga que esta medida foi implementada pela primeira vez em Coimbra por volta de 2007, quando se fez a Quinta da Portela. Saudou ainda o cuidado que a empresa demonstra em aprofundar o Sistema de Gestão da Qualidade, ao contrário do que vem acontecendo na Câmara Municipal. Frisou ainda a dotação significativa para melhorar o sistema de águas residuais e fazê-lo chegar às muito poucas pessoas que ainda o não têm, nomeadamente na zona do Dianteiro e Cova do Ouro. Relativamente ao tarifário, que se mantém praticamente inalterado, apenas considera que talvez pudesse haver lugar a uma pequena diminuição da tarifa média da água no próximo ano.

O Senhor **Presidente** disse que a única alteração ao tarifário da Águas de Coimbra é a diminuição das tarifas às entidades públicas que vinham a pagar tabela máxima: Cartório Notarial, Administração Regional de Saúde do Centro, Universidade (faculdades, laboratórios, etc.), Autoridade Tributária, Instituto Português de Oncologia, Quartel da Brigada Ligeira de Intervenção, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, IAPMEI, entre outras entidades públicas. Estas entidades pagavam até agora 2,6€/m³ e passam a pagar 2€/m³. Destacou que as Águas de Portugal vão aumentar o preço da água ao Município. Dos investimentos previstos para o próximo ano, e que vão ser consignados ainda este ano, destacou uma velha aspiração e reivindicação: a chegada da rede de saneamento e a renovação da rede de águas a Casal do Lobo, Dianteiro, Carapinheira da Serra e todo aquele conjunto, incluindo o reforço da adutora de abastecimento de água, que tem tido dificuldades. Informou também que se tem verificado uma redução das perdas de água. Em Coimbra ainda havia condutas de fibrocimento, que estão a ser integralmente substituídas, daí algumas perturbações/interrupções no trânsito devido a essas obras.

Relativamente a este assunto, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 2463/2016 (28/10/2016):



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- **Aprovar a proposta de Tarifário para 2017 da AC, Águas de Coimbra, E.M., o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para conhecimento.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

E sendo vinte horas o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada na reunião do dia 21/11/2016 e assinada pelo Senhor Presidente e por Rosa Maria da Conceição Casalta Batanete, Diretora do Departamento de Administração Geral.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Manuel Augusto Soares Machado)

A Secretária,

(Rosa Maria da Conceição Casalta Batanete)

Dat: GL/PS
Conf: RB
Serviço Emissor: DAAOM